

14º Seminário Nacional Sociologia & Política

Saberes em Confluência

GT 1 - Instituições e Poder: Parentescos e Genealogia

TRAJETÓRIAS, DISPOSIÇÕES E FORMAÇÃO MILITAR: um estudo da
reprodução social e do poder no Curso de Formação de Oficiais do Maranhão

Ivana Monique dos Santos Quadros¹

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado da pesquisa desenvolvida em curso de Mestrado, com o objetivo de analisar as dinâmicas de reprodução e manutenção de posições de poder no Curso de Formação de Oficiais (CFO) da Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias (APMGD) em São Luís (MA), tomando como referência central as contribuições teóricas de Max Weber, Norbert Elias, Pierre Bourdieu e Erving Goffman. O estudo parte do pressuposto de que o ambiente formativo militar não constitui somente uma instância técnica de qualificação profissional, mas um *domínio social* (Grill e Reis) estruturado por relações de disputas, tensões, consagrações, reconhecimento, prestígio, hierarquias e mecanismos de distinção que operam a partir da distribuição assimétrica de recursos.

Nesse sentido, a formação militar é compreendida como um espaço estratégico de produção e legitimação de grupos dirigentes institucionais. Ao analisar as trajetórias sociais dos cadetes de uma turma do CFO do Maranhão, suas origens familiares, redes de sociabilidade e vínculos institucionais prévios, busca-se evidenciar como disposições econômicas, culturais e sociais previamente incorporadas são convertidas em vantagens mais ou menos influenciáveis dentro da instituição ao longo do processo formativo.

¹Doutoranda, Mestra e Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão. Pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC). E-mail para contato: ivana.monique@discente.ufma.br.

Neste estudo, a investigação das dinâmicas de manutenção de posições e das tomadas de posições de dominação no CFO, revelam a categoria “antiguidade”, utilizada formalmente no universo empírico, como princípio estruturante de diferenciação e classificação na instituição militar, tendo o recorte do processo formativo. O referido trabalho focaliza como essas dinâmicas de manutenção, estruturadas pela “antiguidade”, materializam-se no ambiente de formação militar, entendido como um ambiente social estratégico de produção, legitimação e reconversão de grupos dirigentes da Polícia Militar do Maranhão (PMMA), como um exemplo de *instituição total* (Goffman, 1974). O estudo busca, por meio de dados coletados com cadetes, mapeando suas trajetórias familiares, redes de parentesco, gostos, hábitos e círculos de sociabilidade como indicativos que estruturam os percursos de ingresso e ascensão dos agentes, evidenciando como as disposições incorporadas operam como recursos diferenciadores no interior desse *domínio social* (Grill e Reis, 2018).

Nessa continuidade, o CFO é concebido para além de uma instância de formação técnica e profissional, mas como um espaço de socialização hierarquizada, no qual se produzem interações, distinções e reputações que se ancoram parcialmente ou não, em disposições previamente incorporadas ao longo das trajetórias. Dessa maneira, o trabalho procura compreender como as propriedades sociais dos agentes são convertidas ou não em vantagens simbólicas e institucionais no interior da formação, influenciando relações de autoridade, reconhecimento, prestígio, conflito e legitimidade entre os cadetes.

Tendo em vista que a “antiguidade” é, sobretudo, uma posição “conquistada” dentro de uma cadeia de comando, revelada pelo desempenho acadêmico-militar, este princípio é um mecanismo de hierarquização e dominação previsto por lei nesse cenário investigado. Tais aspectos gerados pela “antiguidade”, como testes físicos, avaliações, missões, notas e médias, operam como mecanismos de manutenção de posições, ao produzir assimetrias no acesso a redes de proteção, circulação de informações, oportunidades de visibilidade e credenciais simbólicas, que impactam diretamente as possibilidades de projeção de carreira no interior da instituição e para além dela. O ponto deste trabalho é buscar entender como essa “antiguidade”, definida dentro do Curso, pode ser influenciada e moldada pelas trajetórias dos agentes.

Metodologicamente, o estudo articula diferentes estratégias de produção de dados. Foram 52 cadetes participantes que responderam a um formulário, que possibilitou mapear aspectos de suas trajetórias sociais, escolares e familiares. A partir desse conjunto, foram selecionados 10 participantes para entrevistas semiestruturadas, permitindo um

aprofundamento qualitativo das experiências individuais e das percepções acerca do cotidiano formativo e da hierarquia. Essa combinação entre dados quantitativos descritivos, entrevistas e observação direta fortalece a análise ao permitir o cruzamento entre posições objetivas ocupadas na turma e narrativas subjetivas sobre pertencimento, desempenho, mérito e desigualdade.

Por tudo isso, o eixo central desta análise reside na articulação entre a classificação interna da turma – produzida pelo critério da “antiguidade” – e as trajetórias sociais dos cadetes. Ao relacionar as posições hierárquicas formalmente instituídas com a suas propriedades sociais, busca-se evidenciar como a hierarquia não se constitui apenas como um dado administrativo, mas como uma construção social que dialoga com processos mais amplos da vida social. Dessa forma, o CFO pode ser analisado como um espaço de reconversão de poder, no qual propriedades sociais são, em muitos casos, reconfiguradas e legitimadas sob a forma de mérito, disciplina, vocação e competência. A pesquisa problematiza, assim, as tensões entre os discursos formais de igualdade de condições e as desigualdades estruturais produzidas pela distribuição diferenciada de recursos, revelando como a formação funciona como dispositivo de naturalização das hierarquias sociais.

Com isso, o objetivo central é analisar como as propriedades sociais dos cadetes estruturam as suas trajetórias, posições e expectativas no ambiente formativo do CFO, e como esses mecanismos se articulam às redes familiares de poder que atravessam este *domínio* em um contexto local ou regional. Por fim, compreende-se em que medida o perfil social dos cadetes, suas disposições incorporadas e suas trajetórias correspondem aos valores institucionais que orientam a construção das carreiras profissionais, evidenciando como a formação não produz, estritamente, oficiais, mas também reproduz estruturas de poder, consolidando posições dominantes por meio da conversão simbólica dos recursos acumulados em legitimidade institucional.

Compreende-se a APMGD e o CFO como, respectivamente, instituição e via que operam por meio de regras formais, altamente institucionalizadas, mas também por meio de mecanismos simbólicos e de consagração. Ao investigar as trajetórias sociais dos cadetes e os processos de formação militar no Maranhão, a presente discussão evidencia como a instituição constrói uma pirâmide estruturada pelo critério da “antiguidade”, que é determinada, teoricamente, pelo desempenho individual de cada cadete no Curso, gerando reconhecimento institucional, que organiza posições e distribui poder. Nesse âmbito, é válido ressaltar as correspondências entre as relações de parentesco com as posições classificatória

dos cadetes, como forma de encontrar a dimensão do princípio de classificação e de ordenamento simbólico que podem ter o peso de disposições herdadas.

A análise das trajetórias e propriedades sociais dos agentes permite compreender que o ingresso e a permanência no CFO não se dão em um vazio social, mas são atravessados, em grande medida, por recursos acumulados e disposições previamente estruturadas. A instituição militar, ao mesmo tempo em que seleciona, também transforma e reforça essas disposições, operando como espaço estratégico de reprodução social (Bourdieu, 1989). Assim, as relações de poder observadas no interior da Academia se articulam a processos mais amplos de transmissão de recursos – sejam culturais, sociais e políticos – que funcionam como verdadeiros dispositivos de diferenciação. A lógica da “antiguidade”, por exemplo, estrutura uma classificação que organiza precedências, define prerrogativas, autoridade, reconhecimento e inscreve os agentes em uma linhagem institucional que também legitima posições futuras.

Ao articular instituição, poder e trajetória, o estudo evidencia que o CFO pode ser interpretado como um espaço de *configuração* relacional no qual se entrelaçam interdependências, disputas e estratégias de consagração de posições (Elias, 1999). A formação militar além de preparar tecnicamente os futuros oficiais, os insere em uma cadeia histórica de pertencimento que produz continuidades simbólicas e consolida estruturas de dominação (Weber, 2011). Dessa forma, o trabalho contribui para discussões em torno das instituições, formas de dominação, formação militar e grupos dirigentes, ao demonstrar que as instituições são também espaços de produção de linhagens sociais e políticas, nas quais o poder se reproduz por meio de mecanismos aparentemente naturais, mas profundamente estruturados por disposições, classificações e hierarquias socialmente construídas.

DESENVOLVIMENTO

A análise se fundamenta na perspectiva da Polícia Militar como uma *instituição total* (Goffman, 1974), a APMGD como uma *configuração com teias de interdependências* (Elias, 1999) e o CFO como uma via de transposição de disposições e recursos sociais. O *campo* (Bourdieu, 1989) é entendido como um espaço social relativamente autônomo, portanto, o ambiente formativo altamente institucionalizado, dotado de regras próprias, estruturado por posições hierarquizadas e disputas simbólicas, nesta discussão, será referenciado como *domínio social*, de acordo com as adaptações de por Grill e Reis (2018) à realidade brasileira.

A investigação que gerou essa discussão foi realizada com 52 cadetes, que compõem a totalidade de uma turma do CFO observada, a partir da aplicação de formulários, realização de entrevistas e observação do cotidiano formativo. Trata-se, portanto, de um recorte empírico delimitado e intencional, que não pretende oferecer conclusões totalizantes ou generalizáveis para todo o universo da Polícia Militar e de seus cursos de formação, mas lançar luz sobre uma fração concreta desse universo, evidenciando suas lógicas internas de funcionamento.

No recorte qualitativo realizado com os 10 entrevistados, observou-se um elemento sociologicamente relevante: entre os cadetes melhor classificados na hierarquia da turma – definida pelo critério da “antiguidade” – encontra-se um cadete filho de um Oficial da PMMA, inclusive ocupante de um grande cargo de comando da instituição atualmente, bem posicionado na pirâmide geral como um dos coronéis responsáveis pelo comando geral da corporação. Por outro lado, entre aqueles posicionados nas últimas colocações da classificação interna, identificaram-se vários cadetes filhos de Praças (militares subordinados aos Oficiais e aos Cadetes), como Soldados, Cabos e Sargentos. Esse dado empírico não foi tomado como evidência isolada ou como explicação causal imediata, mas como indício significativo de possíveis relações entre origem familiar no campo militar e desempenho na formação.

Esse resultado sugere que os capitais vinculados a trajetórias escolares orientadas para outras profissões não se traduzem automaticamente em vantagens no universo militar. A lógica institucional da formação castrense valoriza, sobretudo, disciplina, obediência e a incorporação prática de normas e códigos específicos, o que pode relativizar o peso de determinados recursos escolares adquiridos em contextos externos. Desse modo, a formação educacional familiar pode produzir disposições e expectativas que, em vez de favorecerem o desempenho, entrem em tensão com as exigências próprias do processo formativo militar.

Outro aspecto que se destaca é que não basta possuir um vínculo familiar com a carreira militar para que isso se converta em melhor desempenho; a posição ocupada pelo pai ou responsável na hierarquia institucional mostra-se relevante. O caso de maior êxito observado corresponde ao/à cadete filho/a de Oficial da PM, ao passo que os filhos de Praças, embora presentes de forma recorrente na turma, não figuram entre os melhores desempenhos, no caso desta turma. Tal diferença recoloca em evidência o peso da localização hierárquica na estrutura militar. Nesse sentido, a condição socialmente dominada das Praças no interior da instituição ajuda a compreender esses resultados. Ser filho/a de Praça pode favorecer a escolha pela carreira, em razão da familiaridade e da socialização prévia com o universo

militar; contudo, essa mesma posição pode também impor limites simbólicos ao desempenho, relacionados à reprodução de desigualdades internas, à internalização de expectativas mais restritas e a possíveis efeitos sobre a autopercepção e a confiança dos sujeitos ao longo da formação.

Em síntese, a partir da articulação entre as classificações objetivas na turma e as trajetórias coletadas por meio dos formulários, além das próprias entrevistas, foi possível levantar a hipótese de que a socialização prévia no universo militar – especialmente no caso de filhos de oficiais – pode favorecer a incorporação de disposições mais ajustadas às expectativas institucionais do CFO. Familiaridade com códigos hierárquicos, linguagem, rituais, formas de autoridade e *ethos* profissional podem operar como recursos simbólicos que facilitam a adaptação e o reconhecimento no interior da academia. Em contraste, filhos de Praças, embora também oriundos do universo militar, podem ter internalizado experiências distintas da hierarquia, marcadas por posições subalternas na estrutura organizacional, o que pode repercutir de modo diferenciado na vivência do processo formativo.

Contudo, é fundamental sublinhar que tais achados não autorizam conclusões deterministas ou generalizações para a totalidade do CFO, o cenário inverso também pode trazer diferentes questões, como filhos de Praças bem sucedidos na “antiguidade” do processo formativo e filhos de Oficiais mal sucedidos nessa classificação. Isto é, a pesquisa não sustenta que a origem familiar determine linearmente o sucesso ou o fracasso na formação, tampouco que todos os filhos de Oficiais ocupem posições superiores ou que todos os filhos de Praças estejam nas últimas colocações. O que se evidencia é a possibilidade de uma relação não determinante, mas socialmente significativa, entre disposições incorporadas na socialização prévia e ocupação de posições de prestígio na hierarquia formativa. Nesse sentido, o estudo aponta para indícios de que trajetórias sociais diferenciadas podem dialogar com a produção de classificações internas, contribuindo para o debate sobre a reprodução, distinção e monopólio do poder em espaços institucionais como este.

Observa-se que determinadas competências – domínio da linguagem formal, familiaridade com códigos institucionais, segurança corporal, modos de apresentação e grupos estratégicos – não são produzidas exclusivamente no interior da Academia, mas resultam de socializações anteriores que encontram no ambiente militar condições favoráveis à sua conversão em prestígio. Assim, a formação militar não atua sobre agentes em condições iguais; ao contrário, tende a potencializar desigualdades prévias, transformando recursos acumulados em mérito, aparentemente, individual. Nesse processo, as disposições dos

cadetes, moldado por suas origens sociais, dialoga com as exigências institucionais, produzindo maior ou menor adequação às expectativas do campo e, conseqüentemente, distintas posições na hierarquia simbólica interna.

Além disso, a categoria da “antiguidade” emerge como princípio estruturante da ordem hierárquica e como operador simbólico central na dinâmica de consagração institucional. Embora formalmente apresentada como critério objetivo e impessoal de organização, a “antiguidade” articula-se às diferentes formas de recursos acumuladas pelos agentes, reforçando posições e legitimando distinções. A precedência temporal converte-se em autoridade moral e direito à voz, consolidando uma cadeia de comando que ultrapassa a dimensão administrativa e alcança o plano das relações cotidianas entre cadetes.

Nesse contexto, a “antiguidade” é um mecanismo de classificação que naturaliza competências e institui fronteiras simbólicas entre os que mandam e os que obedecem. Ao ser internalizada como princípio legítimo, ela contribui para a produção de um perfil militar pautado pela deferência, disciplina e reconhecimento da posição ocupada na estrutura. Tal dinâmica evidencia que a formação na APMGD não se limita à transmissão de conteúdos técnicos ou normativos, mas envolve a incorporação de esquemas de percepção e ação que reproduzem a lógica hierárquica da instituição. Dessa forma, o CFO atua simultaneamente como instância de formação profissional e como espaço de consagração de recursos, convertendo disposições sociais em autoridade institucionalizada e assegurando a continuidade das estruturas de poder que organizam o oficialato.

Ao examinar de maneira mais detida as trajetórias sociais dos cadetes, evidencia-se que o ingresso e a permanência no CFO não podem ser compreendidos apenas a partir de critérios formais de seleção ou do desempenho aferido nas avaliações internas. São iversos atributos que, convertidos em notas objetivas, influenciam e conferem a posição de cada agente. Há aspectos que, embora não constem explicitamente como critérios classificatórios, produzem efeitos concretos na construção de reputações internas e recaem sobre a classificação oficial, como a postura, a capacidade de agir sob pressão, a comunicação oral, a obediência, a internalização das normas e dentre outros. Tais competências, muitas vezes adquiridas em contextos familiares escolarizados ou em trajetórias educacionais mais estáveis, convertem-se em vantagens simbólicas no interior do campo militar. Paralelamente, a socialização adaptável, também atua como recurso estratégico, facilitando a compreensão das regras tácitas do jogo institucional. Não se trata de afirmar uma determinação absoluta das origens sociais, mas de reconhecer que a instituição opera como espaço de conversão e

legitimação dessas heranças, recompensando disposições previamente ajustadas às suas exigências. A meritocracia formal, portanto, convive com um conjunto de mecanismos sutis que favorecem aqueles cujos recursos apresentam maior consonância com o *ethos* militar valorizado.

No plano das práticas cotidianas, essa consonância manifesta-se na maneira como os cadetes incorporam a disciplina, o autocontrole corporal e a prontidão para o comando. A formação não incide apenas sobre conhecimentos técnicos ou doutrinários; ela atua profundamente sobre o corpo e sobre as emoções, moldando posturas, gestos, modos de falar e de reagir. A exigência de alinhamento, uniformidade e precisão produz um trabalho contínuo de domesticação das expressões individuais, orientando os sujeitos para a internalização de um padrão legítimo de conduta. Contudo, essa incorporação não ocorre de maneira homogênea. Cadetes com trajetórias marcadas por experiências prévias de disciplina rígida, participação em instituições hierarquizadas ou socializações familiares pautadas na valorização da autoridade tendem a adaptar-se com menor fricção às exigências da Academia.

Outros, cujas experiências anteriores foram marcadas por maior flexibilidade normativa, enfrentam processos mais intensos de ajustamento, frequentemente acompanhados de tensões e estratégias de adaptação. Nesse cenário, a avaliação do “perfil” ou da “postura” ultrapassa o desempenho objetivo e passa a envolver julgamentos morais e simbólicos sobre a adequação do sujeito ao modelo ideal de oficial. Assim, o processo formativo atua como instância de seleção contínua, distinguindo aqueles que encarnam com maior naturalidade o *ethos* institucional daqueles que demonstram dificuldades de incorporação.

A categoria da “antiguidade”, por sua vez, estrutura de maneira decisiva as interações internas e produz tensões entre os agentes, que dependem de suas posições entre si para medirem seus modos de agir, conforme o nível de autoridade de cada posição. Ao estabelecer precedências rígidas entre os cadetes, tal critério organiza uma cadeia de autoridade que é vivida cotidianamente nas pequenas práticas: na forma de dirigir a palavra, na ocupação dos espaços físicos, na distribuição das tarefas e na possibilidade de iniciativa. O mais “antigo” não ocupa somente uma posição superior; ele encarna simbolicamente a experiência acumulada e a legitimidade do comando. Essa legitimação é reforçada por rituais, formalidades e protocolos que reiteram continuamente a diferença entre posições.

Ao mesmo tempo, a “antiguidade” funciona como horizonte temporal que orienta expectativas: o cadete mais “moderno” projeta-se na posição que futuramente ocupará, aprendendo a exercer autoridade ao mesmo tempo em que aprende a obedecer. Trata-se de um

dispositivo pedagógico que ensina a hierarquia por meio da prática reiterada, produzindo uma compreensão incorporada das distâncias e das prerrogativas. A obediência deixa de ser percebida como imposição externa e passa a ser interpretada como etapa necessária de uma trajetória ascensional.

Esse arranjo contribui para a naturalização das desigualdades internas, uma vez que a “antiguidade” tende a se articular com outras formas de recursos diferenciados. Aqueles que desde o início ocupam posições de destaque acadêmico ou simbólico frequentemente consolidam sua autoridade à medida que avançam na hierarquia temporal, acumulando reconhecimento e ampliando sua capacidade de influência. Cadetes que enfrentam dificuldades iniciais podem experimentar trajetórias marcadas por menor visibilidade e menor recurso simbólico, o que impacta sua inserção nas redes internas de prestígio e, consequentemente autoestima para participar das relações concorrenciais referente a classificação. Assim, a estrutura hierárquica não somente organiza; ela também estabiliza diferenças, conferindo-lhes aparência de justiça objetiva. A crença coletiva na legitimidade da ordem é continuamente alimentada pela ritualização da disciplina e pela reafirmação das posições ocupadas.

Nesse contexto, a formação na APMGD revela-se como processo de produção de disposições duráveis que ultrapassam o período do curso e orientam o exercício futuro do oficialato. O aprendizado do comando não se limita à aquisição de técnicas administrativas ou operacionais, mas envolve a incorporação de uma visão de mundo na qual hierarquia, disciplina e autoridade constituem princípios organizadores da realidade social. Ao concluir o CFO, o novo Oficial detém um diploma ou uma patente inicial, junto a isso carrega um perfil moldado por experiências intensas de classificação, vigilância e reconhecimento. Essa disposição orientará sua atuação nas unidades operacionais, influenciando a forma como exercerá poder, interpretará normas e se relacionará com subordinados. A Academia, portanto, não pode ser configurado apenas como um espaço de passagem, mas instância fundamental na reprodução de uma cultura institucional que articula recursos e disposições temporalmente organizadas e mecanismos de consagração simbólica. É nessa articulação que se consolidam as bases de continuidade do oficialato e se reafirmam as estruturas de autoridade que sustentam a organização militar.

As dinâmicas práticas da “antiguidade” no interior do CFO materializam-se de maneira particularmente visível nas solenidades e atos formais que estruturam o calendário institucional. Formaturas, cerimônias de entrega de espadas, incorporações e eventos

comemorativos não constituem apenas momentos protocolares; são ocasiões privilegiadas de encenação pública da hierarquia. A disposição espacial dos corpos, a ordem de chamada nominal, a sequência das continências e o posicionamento das turmas explicitam, diante de toda a comunidade acadêmica, a precedência que organiza o campo. O lugar ocupado na tropa, a visibilidade concedida a determinados cadetes e a própria cadência dos movimentos reiteram simbolicamente a posição relativa de cada um. Nessas ocasiões, a antiguidade é dramatizada e reafirmada como princípio legítimo de organização, produzindo efeitos pedagógicos duradouros. O ritual ensina pela repetição: ao vivenciar sucessivas solenidades, o cadete aprende a reconhecer e a respeitar as distâncias hierárquicas como parte natural da vida militar.

No cotidiano ordinário, essa lógica também se manifesta em interações aparentemente simples, mas carregadas de significado. A forma de dirigir a palavra, o direito de iniciativa em determinadas atividades, a ocupação de espaços físicos nas salas ou alojamentos e a distribuição de responsabilidades seguem a ordem de “antiguidade” estabelecida. O mais “moderno” aprende a aguardar, a observar e a responder; o mais “antigo” aprende a orientar, corrigir e comandar. Essa pedagogia prática produz uma experiência concreta da hierarquia, na qual cada gesto reforça a consciência da posição ocupada. A autoridade não se restringe ao plano formal do regulamento, mas se atualiza nas micropráticas diárias, tornando-se perceptível na linguagem corporal, na entonação das ordens e na expectativa de deferência. Assim, a antiguidade opera como mecanismo contínuo de socialização, ensinando a exercer poder e a submeter-se a ele dentro de um quadro considerado legítimo.

Outro eixo central dessas dinâmicas refere-se às concorrências por notas e ao desempenho acadêmico, que, embora baseados em critérios objetivos de avaliação, produzem repercussões diretas na consolidação das posições hierárquicas. A classificação nas disciplinas, as médias finais e os quadros de honra não apenas registram resultados; eles estabelecem distinções que dialogam com a ordem de antiguidade e podem redefinir lugares simbólicos no interior da turma. A visibilidade conferida aos melhores colocados gera reconhecimento entre pares e superiores, ampliando o capital simbólico acumulado ao longo do curso. Ao mesmo tempo, a competição por desempenho intensifica a vigilância sobre si e sobre os outros, estimulando estratégias de dedicação, disciplina e autocontrole. O mérito acadêmico, nesse contexto, não é apenas recompensa individual, mas elemento que se articula à lógica hierárquica, influenciando expectativas de comando e projeções de carreira.

Por fim, os rituais internos de transição, como passagens de função, substituições temporárias de comando ou designações para representar a turma, reforçam a dimensão processual da “antiguidade”. Cada mudança de posição é acompanhada por formalidades que explicitam a transferência legítima de autoridade, reafirmando que o exercício do poder está condicionado à ordem previamente estabelecida. Esses momentos evidenciam que a hierarquia é simultaneamente estável e dinâmica: estável porque fundada em regras reconhecidas; dinâmica porque continuamente atualizada por meio de práticas que a reafirmam. A vivência reiterada dessas experiências consolida uma disposição orientada para a compreensão prática das estruturas de precedência, preparando os futuros oficiais para reproduzir, em outros contextos da corporação, a mesma lógica classificatória aprendida na Academia. Assim, as solenidades, as avaliações e os rituais cotidianos não são eventos periféricos, mas dispositivos centrais na produção e manutenção da ordem hierárquica que sustenta o oficialato.

O mapeamento das trajetórias familiares dos cadetes evidencia a presença significativa de vínculos institucionais prévios com a corporação ou com outras estruturas estatais. Redes de parentesco e circuitos de sociabilidade desempenham papel relevante na circulação de informações estratégicas, no acesso a orientações informais e na construção de expectativas de carreira. Essas redes operam como mecanismos de proteção e antecipação das regras do jogo institucional. Cadetes oriundos de famílias com tradição militar demonstram maior familiaridade com códigos disciplinares e com a lógica hierárquica, o que favorece sua adaptação e projeção no interior do curso.

A produção de distinções no interior do CFO não se limita ao desempenho acadêmico ou físico. Ela envolve dimensões simbólicas relacionadas à postura, à linguagem, à autoconfiança e à capacidade de ocupar posições de liderança. Tais atributos são frequentemente associados a disposições incorporadas ao longo da socialização primária. O reconhecimento institucional atua como mecanismo de consagração dessas disposições, reforçando hierarquias internas. Assim, a formação não apenas qualifica tecnicamente os cadetes, mas contribui para a reprodução de estruturas sociais mais amplas, ao transformar heranças familiares em credenciais legítimas. A análise evidencia uma tensão central entre o discurso meritocrático institucional e as desigualdades estruturais produzidas pela distribuição diferenciada de capitais. Embora todos os cadetes estejam formalmente submetidos às mesmas regras, as condições objetivas de partida são desiguais.

A naturalização dessas desigualdades ocorre por meio da conversão simbólica dos capitais herdados em atributos individuais aparentemente inatos. Dessa forma, as assimetrias estruturais são reinterpretadas como diferenças de empenho, talento ou vocação. O CFO funciona como espaço de reconversão de capitais. As heranças familiares são reconfiguradas sob a forma de mérito e competência, legitimadas pela instituição. Esse processo impacta diretamente as possibilidades de projeção de carreira, influenciando escolhas estratégicas, inserções em redes internas e ocupação de posições de destaque. A reconversão simbólica consolida posições dominantes e contribui para a continuidade de determinadas linhagens institucionais, reforçando a articulação entre família e corporação.

CONCLUSÃO

Conclui-se que o Curso de Formação de Oficiais da Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias opera como um *domínio* estruturado por disputas e mecanismos de distinção que ultrapassam a dimensão estritamente técnica da formação. A análise das propriedades sociais dos cadetes revela que a distribuição desigual de recursos e disposições prévios influencia trajetórias, expectativas e posições ocupadas no interior da instituição em determinadas proporções. Ao evidenciar os processos de reconversão simbólica e de legitimação institucional das heranças familiares, o estudo contribui para a compreensão das formas contemporâneas de reprodução social no interior de organizações militares estaduais. A formação de oficiais, nesse sentido, não apenas produz profissionais para a corporação, mas também participa ativamente da manutenção e atualização de estruturas sociais de poder.

A análise empreendida permite afirmar que a formação militar não deve ser compreendida como um processo social complexo, no qual se entrelaçam mecanismos pedagógicos, classificatórios e simbólicos responsáveis por moldar disposições duráveis e por legitimar posições hierárquicas. Ao longo do percurso formativo, não se observa apenas a transmissão de conteúdos técnico-profissionais, mas a consolidação de um perfil institucional que orienta percepções, práticas e expectativas de futuro. A Academia atua como instância de consagração, conferindo reconhecimento diferencial aos agentes a partir da articulação entre recursos previamente acumulados e critérios internos de ordenamento. Nesse sentido, a lógica hierárquica não se impõe exclusivamente por normas formais, ela é incorporada progressivamente como princípio legítimo de organização do mundo social, passando a estruturar tanto a experiência cotidiana dos cadetes quanto suas projeções de carreira.

A investigação evidencia, assim, que o funcionamento do CFO contribui para transformar diferenças sociais anteriores em distinções institucionalmente validadas, ao mesmo tempo em que produz crença coletiva na justiça e na necessidade da ordem estabelecida. A internalização da disciplina, da deferência e do comando configura um processo de socialização intensa que redefine identidades e estabelece novos parâmetros de reconhecimento. Ao concluir a formação, o Oficial emerge habilitado tecnicamente, mas sobretudo, investido de uma autoridade que foi construída, testada e legitimada no interior do campo acadêmico-militar. Tal constatação permite compreender que a reprodução das estruturas de poder na corporação não decorre de simples continuidade administrativa, mas da eficácia de um processo formativo que articula disposições individuais e exigências institucionais, assegurando a permanência de uma cultura hierárquica profundamente enraizada. Dessa forma, a Academia se consolida como espaço estratégico de produção e manutenção da ordem militar, contribuindo decisivamente para a estabilidade simbólica e organizacional do oficialato.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre (1989). **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Portugal: Edições 70, 1999.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

GRILL, Igor Gastal; REIS, Eliana Tavares dos. **Dos campos aos domínios das “elites” no Brasil**. Revista Tomo, n. 32, 2018.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 2011.